

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE OUTUBRO DE 2002**  
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (52). Achando-se em licença os seguintes senhores deputados: Hermas Brandão e Luiz Fernandes da Silva Litro (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 041/2002

Curitiba, 02 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar termo de cessão de uso do imóvel que descreve, de propriedade do Estado, com o município de Piraquara.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que tal imóvel será utilizado pelo Cessionário para finalidade exclusiva de instalação da Escola Municipal de Ensino Especial.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Paraná

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar Cessão de Uso de parte do imóvel de sua propriedade, com 1.180,00m<sup>2</sup>, de área edificada, ao município de Piraquara, denominado de Bloco C, imóvel que faz parte do complexo do Centro Tecnológico, lado direito da Escola Estadual Gilberto Nascimento, sentido Centro de Piraquara, de uma área total de 180.000,00m<sup>2</sup>, registrada na 9ª Circunscrição de Curitiba, compreendida pela matrícula nº 2.751, situada no município de Piraquara, à Rua Guabiobeira.

Art. 2º - Para o imóvel descrito no art. 1º constará do seu Termo um prazo de duração de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação desta lei, o qual será utilizado exclusivamente para a instalação da Escola Municipal de Ensino Especial, sendo vedada a destinação diversa, sob pena desta cessão de uso tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - As obras de reforma e adaptação no imóvel, correrão por conta da Prefeitura Municipal de Piraquara.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 043/2002

Curitiba, 07 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, através da qual foi instituído o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e

tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do artigo 205, da Constituição Estadual.”

As propostas modificações ao texto da referida Lei nº 12.020/98, são no sentido de dotar de nova redação os artigos 5º e 29 e de revogação de outros artigos, ressaltando-se que as alterações pretendidas têm por principal objetivo sintonizar o diploma legal em referência ao entendimento do Ministério Público do Paraná, manifestado por sua Procuradoria de Justiça das Fundações, assim como ao ponto de vista do Tribunal de Contas do Estado, os quais recomendam a adoção da medida ora proposta.

Por oportuno, vale ressaltar que a presente proposição decore de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; de Estado do Governo; e pela Procuradoria Geral do Estado, conforme consta do protocolado sob nº 4.369.967-9/01.

Apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que é revestida esta proposição, seguem, anexadas, cópias autênticas de peças do protocolado acima mencionado.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os artigos 5º e 29, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1988, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - A aplicação dos recursos do Fundo Paraná, especificados no artigo 3º, obedecerá os critérios e normas definidas na Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovada pelo Governador do Estado, e terá a seguinte destinação:

I - a todas as atividades de auxílio e fomento que forem aprovadas pela Fundação Araucária, até o limite de 30% (trinta por cento) do Fundo Paraná;

II - para a aplicação em projetos de desenvolvimento tecnológico, a cargo do Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, ou de qualquer sociedade a ser criada nos termos do artigo 45 desta lei, até o limite de 20% (vinte por cento) do Fundo Paraná;

III - para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Fundo Paraná”.

“Art. 29 - Fica o Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia autorizado a participar como instituidor principal de uma entidade na forma de Fundação de Direito Privado, de interesse público, a ser denominada Funda-

ção Araucária, a quem competirá, como beneficiária dos recursos do Fundo Paraná, na forma do artigo 5º, item I, desta lei, promover o desenvolvimento e o financiamento da pesquisa científica no Estado do Paraná e será regida pela legislação aplicável nos termos do Direito Civil, tendo, ainda, suas relações com o Poder Executivo disciplinadas por meio de Contrato de Gestão.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47 e seu parágrafo único, 48, 49, 50 e 51, da Lei nº 12.020/90 e demais disposições em contrário.

#### À Diretoria Legislativa.

#### COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INFORMAÇÃO Nº 01/2002 - CCT/SETI

PROTOCOLO: 4.369.967-9

ASSUNTO: Proposta de alteração da Lei nº 12.020/98

A Coordenadoria Técnico-Jurídica, da Secretaria de Estado do Governo, pela Informação -380/2001, de 26 de dezembro de 2001, remete o presente protocolado a esta Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para conhecimento e manifestação a respeito do contido no Parecer nº 320/2001 - PGE, principalmente quanto ao disposto nas “Observações finais acerca do anteprojeto encaminhado”.

Em atenção ao exposto, informamos que as medidas pertinentes para a transformação da Fundação Araucária em fundação de natureza privada foram devidamente acatadas, conforme consta dos documentos anexados às folhas que se seguem, quais sejam: Parecer 045/99, da Promotoria de Justiça das Fundações de Curitiba - Ministério Público do Estado do Paraná, que autoriza a lavratura da Escritura Pública de instituição da Fundação Araucária; Estatuto Social, devidamente registrado; Escritura Pública de Criação da Fundação e Declaração do Ministério Público do Estado do Paraná de que a Fundação foi instituída regularmente.

Convém ressaltar, no entanto, que a manutenção do espírito original da Lei 12.020 (destinação de recursos do Fundo Paraná para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado através de entidades configuradas para tal) é de fundamental importância na redação do texto a ser encaminhado à Assembleia Legislativa. Por tal razão esta Secretaria se manifesta pela forma sugerida nas folhas 03 e 04 deste processo, isto é, nominado a Fundação Araucária no inciso I do artigo 5º e alterado o artigo 29 de forma a assegurar que o financiamento à pesquisa científica no Estado continue sendo feito por uma organização criada especialmente para tal fim, cuja estrutura e objetivos estão plenamente coerentes com modelos similares adotados em quase todos os Estados do País e

respaldada pela política nacional para o setor de Ciência e Tecnologia. É a informação.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2002.

(a) GONÇALO SIGNORELLI DE FARIAS

Coordenador de C&T

De Acordo: MIRIAM DE FÁTIMA Z. WELLNER

Diretora Geral

PROTOCOLO Nº 4.369.967-9

ASSUNTO: Alteração da Lei Estadual nº 12.020/98 que criou o Fundo Paraná.

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

PARECER Nº: 0318/2002 - CTJ.

Chega novamente nesta Coordenadoria Técnico Jurídica da Secretaria de Estado do Governo o processo após solicitação de fls. 129 para conhecimento e manifestação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior feito às fls. 130 e juntada de documentos às fls. 131 a 150.

O assunto do presente processo é a alteração parcial da Lei Estadual nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que institui o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná em termos do artigo 205 da Constituição Estadual e dá outras providências.

O artigo 1º da Lei Estadual nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, estipula:

“Fica instituído o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual”.

Por sua vez, o artigo 205 referido aduz que “O Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em diodécimos, mensalmente, e será gerida por órgão específico, com representação paritária do Poder Executivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definida em lei”.

A alteração conforme projeto apresentado às fls. 03 e 04, e com conteúdo ratificado pela Coordenadoria de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, propõe mudanças aos artigos 5º e 29 da Lei Estadual nº 12.020, sendo que a minuta do projeto modificativo dispõe:

“Art. 1º - O artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - A aplicação dos recursos do Fundo Paraná, especificados no artigo 3º, obedecerá os critérios e normas definidas na Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovada pelo Governador do Estado, e terá a seguinte destinação:

I - a todas as atividades de auxílio e fomento que forem, aprovadas pela Fundação Araucária, até o limite de 30% (trinta por cento) do Fundo Paraná.

II - para a aplicação em projetos de desenvolvimento tecnológico, a cargo do Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, ou de qualquer sociedade a ser criada nos termos do artigo 45 desta lei, até o limite de 20% (vinte por cento) do Fundo Paraná.

IV - para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Fundo Paraná”.

Art. 2º - O artigo 29 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 - Fica o Serviço Social Autônomo Paraná Tecnológico autorizado a participar como instituidor principal de uma entidade na forma de Fundação de Direito Privado, de interesse público, a ser denominada Fundação Araucária, a quem competirá, como beneficiará dos recursos do Fundo Paraná na forma do art. 5º, Item I, desta lei, promover o desenvolvimento e o financiamento da pesquisa científica no Estado do Paraná e será regida pela legislação aplicável nos termos do Direito Civil, tendo, ainda, suas relações com o Poder Executivo disciplinados por meio de Contrato de Gestão”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47 e Parágrafo Único, 48, 49, 50 e 51 da Lei nº 12.020/98 e demais disposições em contrário!

A Secretaria de Estado da Fazenda na Informação nº 139/2001, sob o ponto de vista orçamentário, nada tem a opor quanto a alteração da referida Lei nº 12.020, uma vez que a Fundação Araucária e o Paraná Tecnologia não constam do Orçamento do Estado.

Levado ao exame da Procuradoria Geral do Estado, foi elaborado o Parecer nº 320/2001-PGE, de fls. 59 a 71 que opinou pela pertinência das alterações e supressões dos artigos indicados, posto que referente à instituição de fundação de natureza pública. Porém, quanto ao artigo 5º, I e parágrafo único, artigos 47 e 8, como não foi apresentada justificativa a PGE não se manifestou a respeito.

Há, também, a recomendação de transformação da entidade fundação Araucária em fundação de natureza privada, cujos documentos foram anexados.

A alteração é motivada pela necessidade de corrigir na lei, vez que prevê a criação de fundação de direito privado inicialmente pelo Poder Executivo.

É de ressaltar que encaminhado os autos à SETI para conhecimento do parecer emitido pela PGE, foi mantida a minuta de fls. 3 e 4.

Conforme estipulação do artigo 87 da Constituição Estadual, compete ao Governador do Estado:

“Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição”.

No artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil consta que:

“Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior (...).”

Como a “lei é a manifestação de vontade do Estado” (Rosa, Antônio José Miguel Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1998,p.195), devendo ser produzida pelos órgãos legislativos competentes, dentro do processo legislativo, deve o presente processo seguir, por determinação do Chefe do Executivo Estadual, à Assembléia Legislativa.

Dessa forma, poderá o procedimento ser encaminhado ao Excelentíssimo senhor Governador que, estando de acordo, poderá enviar mensagem de lei à Assembléia Legislativa, após redação definitiva elaborada pela Coordenação Técnica Legislativa da Secretaria de Estado do Governo.

CTJ, em 25 de Fevereiro de 2002.

(a) ANGELITA RIZZI FIGUEIRÓ

Assessora Técnica

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 1935/2002, do Sr. Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Associação Pró-Desenvolvimento Agropecuário Industrial e Comercial de Céu Azul - Adezul/PR, no valor de R\$15.000,00 - do Ministério e R\$1.950,00 - Contrapartida, para apoiar a realização da IX Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Céu Azul/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1925/2002, do Sr. Alceu Fernandes Molina Júnior - Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo - substituto, comunicando liberação de recursos do convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida/PR, no valor de R\$50.000,00 - do Ministério e R\$5.000,00 - Contrapartida, para apoiar a manutenção de atividades do Sindicato. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1134/2002, da Sra. Denise Paiva - Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente, comunicando Convênio firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, com interveniência do Governo do Estado do Paraná, com vistas à execução do projeto “Instalação do sistema Sipia nos Conselhos Tutelares do Estado do

Paraná”. Informo ainda, a liberação em parcela única, no valor de R\$70.000,00, referente ao convênio em questão.

**Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1079/2002, da Sra. Denise Paiva - Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente, comunicando Convênio firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, com interveniência do Estado do Paraná, com vistas à execução do Projeto “Sicride - Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas”. Informo ainda, a liberação em parcela única, no valor de R\$82.290,00, referente ao convênio em questão. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 105/2002, do Sr. José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$13.210,00, sendo R\$9.050,00 para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$4.160,00, destinados a manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 264/2002, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) ELIO RUSCH

### REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 478/2002, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) ELIO RUSCH

### REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 432/2002, item 05, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 650/2002, tendo em vista que proposição que trata da mesma matéria, declaração de Utilidade Pública da Comunidade Feminina de Assistência às Dependentes de Drogas e/ou Alcool, já foi aprovada pela Casa e sancionada pelo senhor governador, Lei nº 10.011 - DO 3793 de 29.06.92.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Caetano Júnior Manfrói, ocorrido no último dia 09 de outubro de 2002.

Requer ainda que dê-se ciência deste requerimento à família enlutada, na pessoa da Sra. Adelina Marina Manfrói, à Rua Rio Grande do Sul, nº 998 em Planalto-PR.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Caetano Júnior Manfrói tinha aproximadamente 70 anos, era casado com dona Adelina Maria Manfrói, e deixa sete filhos: Deonides, Deoclides, Maristela, Otacir, Edson, Edilsom e Leandro.

Morador em Planalto há 34 anos, ali granjeou inúmeras amizades, fruto do seu bom caráter e grande coração. Faleceu ontem, vítima de câncer no pulmão, deixando transtornados seus familiares e também muito entristecido este parlamentar que teve o privilégio de apadrinhar um de seus filhos e tê-lo, portanto, como compadre.

Associamo-nos, pois, à dor da família por esta perda, hipotecando nossa irrestrita solidariedade.

#### REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família do Sr. Pedro Zawadski, vice-prefeito do município de Araruna, pelo seu falecimento ocorrido nesta data, 14 de outubro de 2002.

Requer ainda, que da decisão, seja dada ciência à família enlutada: Rua Eráclides Alves Gouveia, 300 - CEP 87260-000 - Araruna - PR, e a Prefeitura Municipal - Praça Nossa Senhora do Rocio, 390 - Cx. Postal 30 - CEP 87260-000 - Araruna - PR.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário inativo deste Poder, Dr. Dorizon Salgado Bueno, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 78 anos de idade, faleceu, nesta Capital, o Dr. Dorizon Salgado Bueno, que era servidor inativo da Assembléia Legislativa do Paraná.

Seu passamento veio entristecer não apenas os familiares, mas seus parentes, amigos e colegas de trabalho, deixando lacuna difícil de ser preenchida.

Deixou viúva dona Lida Maria da Luz Capri Bueno e as filhas Ana Cristina e Doli.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos, resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Descanse, pois, amigo Dorizon, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo. Rogamos a Deus que seus familiares encontrem na fé e na esperança o conforto tão necessário nesta hora de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Salgado Bueno, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando ao Todo Poderoso para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Luiziana, pelas comemorações alusivas aos 15 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de setembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência ao prefeito municipal, Sr. Wilson Antonio Tureck, (Rua Miguel Vieira Ferreira, 22 - CEP 87290-000, Luiziana - PR) e ao presidente da Câmara Municipal, Sr. Armando Marques Rufino (Rua Miguel Vieira Ferreira, 22 - CEP 87290-000 - Luiziana / PR).

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de con-

gratulações a comunidade do município de Campo Mourão, pelas comemorações alusivas aos 55 anos de emancipação político-administrativa do município, em 10 de outubro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a prefeita municipal de Campo Mourão (Rua Brasil, 1487 - CEP 87301-140 - Campo Mourão / PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Francisco F. Albuquerque, 860 - Cx. Postal 450 - CEP 87302-220 - Campo Mourão / PR).

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Club, pela passagem do seu 93º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Giovani Gionédís, presidente do Coritiba Foot Ball Club, para que receba e transmita a todos os companheiros de diretoria e associados o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O dia 12 de outubro marcará a passagem do 93º aniversário de fundação do Coritiba Foot Ball Club uma das maiores glórias do esporte paranaense, e, principalmente futebolístico do Estado em termos de títulos conquistados.

A trajetória vitoriosa do “Coxa”, desde 1909, quando foi fundado, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses.

Pela visão de suas diretorias, o Clube tem mantido uma posição atuante e participativa na vida curitibana. Graças ao espírito administrativo de seus diretores e o apoio incondicional de sua grande torcida, ergueu no bairro Alto da Glória o seu estádio, a principal Praça de Esportes de Curitiba e palco de grandes acontecimentos do futebol, além de outras festividades, inclusive religiosas, como aquela inesquecível recepção ao Santo Padre o Papa João Paulo II.

Pelo que tem feito em favor do Esporte do Paraná, pela projeção que deu nacional e internacionalmente a Curitiba e ao Estado do Paraná, o Coritiba é credor de nossa melhor homenagem.

#### Glórias do Coritiba Foot Ball Club

- Maior colecionador de campeonatos da história do futebol paranaense: 30 títulos;

- conquistou o título de Campeão Brasileiro (1985);

- campeão do Torneio do Povo, disputado pelos clubes brasileiros de maior torcida;

- ganhador da Fita Azul por ter realizado excursão invicta no exterior;

- proprietário do maior estádio do Paraná, que já recebeu grandes eventos como a visita do santo papa João Paulo II e do Jogo do Brasil pelas eliminatórias da Copa do Mundo;

- dono da maior torcida do Paraná;

- único clube de futebol do mundo a ser reconhecido pela ONU por seus trabalhos na área social;

- único do mundo a receber a Certificação ISO 9002 em administração de clube de futebol;

- ganhador do Prêmio Colunistas 2001 do Paraná na categoria Promoção Esportiva, referente à campanha “Copa dos Campeões”;

- único clube brasileiro reconhecido pelo Prêmio Qualidade Brasil do International Quality Service.

#### REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo de autoria de Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba, “Eleições 2002”, publicado na Gazeta do Povo do dia 29 de setembro de 2002.

Requer outrossim, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto e ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor presidente do jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nosso querido arcebispo metropolitano de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, lançou com bastante clareza seu artigo: “Eleições 2002”, publicado na Gazeta do Povo de domingo, dia 29 de setembro último.

A igreja considera digno de louvor o trabalho daqueles que se dedicaram à política a serviço do bem comum.

A política em seu aspecto mais amplo visa o bem comum de toda a comunidade. Nesse sentido, a política interessa a igreja porque tem o direito e o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos. A igreja deve ser sinal de unidade e comunhão.

O bem comum deve ser buscado, dentro da ordem moral, de acordo com a ordem jurídica, fundamentada em Deus.

Requeremos a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná para que fique registrado para a posteridade o artigo “Eleições 2002”, de Dom Pedro Fedalto.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 653/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

### JUSTIFICATIVA:

A Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes- AGAFC é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada para realizar ações de defesa, elevação e manutenção de qualidade de vida do ser humano; a Associação vem desenvolvendo um excelente trabalho nas promoções de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança, assessoria jurídica gratuita e combate à todo o tipo de discriminação sexual, racial e social, trabalho forçado infantil.

A Associação visa o bem estar bio-psíquico-social oferecendo atendimento de fomentar a política do emprego entre a população, promovendo a comunicação entre o cidadão e entre as agências de recursos humanos, encaminhando aqueles para vagas de empregos.

Pela sua luta em busca de uma melhor qualidade de vida e maior justiça social, a entidade é merecedora de ser reconhecida como de Utilidade Pública Estadual razão pela qual, solicitamos aos nobres deputados o devido apoio e conseqüente aprovação deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 654/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, com sede e foro na cidade de Londrina.

art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### JUSTIFICATIVA:

O Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, é uma instituição interna oficial, sem fins lucrativos, tendo como objetivo organizar os empregados das empresas Sercomtel SA.- Telecomunicações e Secomtel Celular SA, visando desenvolver nos mesmos a

consciência para a prática de serviços de natureza filantrópica, promovendo campanhas para a melhoria da qualidade de vida de pessoas carentes da sociedade londrinense, promovendo ações, visando minorar carências no setor de saúde de crianças e idosos, através de auxílio a creches, asilos e outras entidades, bem como promover campanhas para arrecadar e distribuir alimentos, agasalhos, cobertores, medicamentos, cadeiras de rodas, equipamentos ortopédicos para as famílias carentes, entre outras atividades.

PROJETO DE LEI Nº 655/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Assistencial Nova Aliança- Sana, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.10.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Assistencial Nova Aliança fundada em novembro de 1977, é uma entidade civil, sem fins lucrativos que presta um trabalho de ação social nos bairros Jardim Franciscato e Novo Perobal, na região sul da cidade de Londrina, apontados pela Secretaria de Assistência Social, como sendo os mais carentes da cidade.

A Sana tem por finalidade a elaborar e executar projetos que visem o bem estar social, moral e espiritual de todas as pessoas e famílias por ela atendidas; promover e manter o ensino dos seus diversos graus às pessoas carentes de diferentes faixas etárias, objetivando a formação educacional, cultural e profissional, promover atividades sócio-recreativas; coordenar e executar serviços de ação social junto às famílias carentes; desenvolver atividade de assistência aos idosos; promover cuidados especializados a pessoas que sejam portadoras de necessidades especiais; executar palestras e campanhas públicas que visem o combate a todo tipo de drogas e vícios em geral; promover prevenção e cuidados médicos e odontológicos a crianças, adolescentes, jovens, idosos e gestantes, entre outras atividades.

### O PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente e no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.



Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o programa de financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 180/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural - Proficar, institucionalmente denominado de: Programa "Casa no Campo", destinado ao financiamento de construção, aquisição ou melhoramento de habitação para a população rural.

Art. 2º - Serão beneficiários do Proficar os micro, mini, pequenos e médios produtores rurais, desde que com renda familiar mensal inferior à dez salários mínimos.

Parágrafo Único - As sociedades cooperativas e associações de produtores rurais, legalmente constituídas, que manifestarem interesse em produzir ou recuperar habitações para as comunidades rurais, beneficiárias do programa, poderão contratar empréstimo do Proficar com prazo de até vinte e cinco anos, proporcionais ao tamanho da propriedade, tendo como critério para os micro e mini-produtores 25 anos; pequenos 20 anos e médios 15 anos.

Art. 3º - É vedado o financiamento do Proficar aos proprietários, promitentes compradores ou cessionários de imóvel residencial urbano na mesma localidade.

Art. 4º - Constituirão recursos do Proficar, aqueles disponibilizados pelo sistema de poupança administrado pelas agências oficiais de fomento e pela lei orçamentária anual de cada exercício.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá destinar na forma da lei, recursos orçamentários para gastos perti-

nentes ao programa e em ações de saneamento que visem complementar as ações implementadas no âmbito do Proficar.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá definir o organismo estadual que coordenará as ações no âmbito do Proficar e articular, com os municípios, a iniciativa privada e as comunidades rurais, a implementação do Programa.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.09.2002.

(a) ALGACI TÚLIO - Presidente e Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 253/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida da Comunidade Santa Rosa do Ocoi, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24/04/2002).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 509/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2002, de 02/07/2002).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 587/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Educação Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 587/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.10.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que acrescenta inciso ao artigo 14, da Lei nº 11.580 de 14/11/96, que dispõe sobre o ICMS. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CF.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 432/2002.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2309, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2310, 2311 e 2312, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2314, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2317 e 2318, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2319, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 2320 e 2321, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de pedir aos senhores deputados, membros da CCJ para não deixarem de comparecer amanhã e bem como na reunião extraordinária que faremos logo após esta Sessão Plenária, isto porquê, atendendo a uma solicitação da Presidência da Casa, nos comunicando da falta de matéria para inclusão na Ordem do Dia das próximas Sessões.

Então, é uma solicitação da Presidência da Casa que eu reitere aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nós ratificamos a convocação e lembramos a todos os integrantes da CCJ que logo após o término dessa Sessão, conforme a convocação feita pelo eminente presidente, deputado Basílio Zanusso, para que a CCJ possa se reunir extraordinariamente para que possam ser analisados projetos que estão de posse de seus relatores, para que nós possamos incluí-los nas Sessões futuras, amanhã e na próxima semana.

Desde já a Presidência agradece aos integrantes da CCJ por esta convocação feita pelo presidente Basílio Zanusso, para que se reúnam logo após o término desta Sessão, na Sala das Comissões.

Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106 e 114/2002.

Levanta-se a Sessão.

**Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2002.

**“Eleições 2002”**

Gazeta do Povo

Restam-nos poucos dias para as eleições no Brasil, no dia 6 de outubro, para o presidente da República, os governadores dos Estados, senadores, deputados federais e estaduais.

O voto é um direito e um dever. Todo o cidadão brasileiro tem o direito de escolher o presidente da República, os governadores dos Estados, senadores, deputados federais e estaduais. Se tem direito deve usá-lo, tendo em vista o bem comum de cada brasileiro.

Mas se é um direito, é, ao mesmo tempo, um dever. Não votar é uma omissão grave, porque, por sua negligência, pode favorecer a um candidato que não tenha as devidas exigências democráticas, éticas e morais para promover o bem comum.

São tantos os sofrimentos que o povo brasileiro vem sofrendo, há muitos anos, por causa de políticos que não olham para o bem comum.

Um dos mais graves sofrimentos é a fome, provocada por uma injusta distribuição de riquezas.

O Brasil é um dos países com as maiores riquezas, na fauna e flora. Neste país rico, com possibilidades de todo o povo brasileiro ter uma mesa farta, 44 milhões de seres humanos passam fome por falta de recursos para adquiri-los.

A situação dramática chegou ao ponto de a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promover o Mutirão para a superação da miséria e da fome.

Há pessoas honestas, tanto em cargos públicos, políticos, como empresários, que buscam o bem comum do povo. Mas, ao lado de homens públicos honestos, bem intencionados, encontram-se muitos que buscam seus

próprios interesses, dentro de uma globalização neoliberal que aprofunda as desigualdades sociais.

Infelizmente a cassação do mandato de uns políticos não trouxe a solução, porque permanece a impunidade da corrupção para muitos.

Acrescente-se a isso a violência com o narcotráfico.

O Brasil corre o risco da Alca - Área de Livre Comércio das Américas.

Espero que, com o plebiscito de 1º a 7 de setembro, contra a Alca, o novo governo brasileiro saiba reagir à altura e não se submeta aos interesses econômicos dos Estados Unidos.

No meio de tantas trevas, vislumbram-se sinais de luz que trazem esperança.

Um destes sinais foi a Lei nº 9840 contra a corrupção eleitoral - conquista a Iniciativa Popular, dando credibilidade ao povo, quando são afastados os corruptores sem escrúpulo, aproveitando-se da ignorância e miséria do povo.

O Ministério Público, quando assume com firmeza sua missão para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, cria a credibilidade no povo sofrido e injustiçado.

Os meios de comunicação social, quando são imparciais e não atrelados aos interesses particulares, são a voz e vez de quem não tem vez e voz.

O Magistério da Igreja Católica, há mais de cem anos, vem formando a consciência cristã que não há fé sem vida, promoção humana e promoção religiosa.

O Papa João Paulo II, seguidor do Papa Leão XIII, marcou seu pontificado com as encíclicas sociais *Laborem Exercens* (14.09.1991), *Sollicitudo Rei Socialis* (30.12.1987) e *Centesimus Annus* (01.05.1991).

Na Exortação Apostólica “Ecclesia in América” em 1998, João Paulo II condenou os pecados sociais que clamam aos céus, dizendo: “Domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema neoliberal, sistema que considera o lucro e as leis de mercado, como parâmetros absolutos em prejuízo da pessoa e do povo. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas frequentemente injustas”.

Diante da realidade política de nosso país devemos perguntar e responder: “Que é política”? É a ciência ou a arte de bem governar um povo.

Quem deve fazer política para bem governar um povo?

Todos devem envolver-se na política.

A política é coisa suja, indesejável? Não, a verdadeira política leva o povo a conscientizar-se que deve contribuir para o bem comum da sociedade.

A Igreja deve fazer política? Sim, a Igreja deve promover a verdadeira política, conscientizando o povo a bem votar.

A Igreja deve aderir a um partido e ter seus candidatos? A Igreja deve envolver-se na política, mas não tem partido e nem candidatos, porque partido significa parte.

A Igreja tem o todo e não uma parte, porque a parte divide, o todo une. A Igreja faz política, mas não tem partidos e candidatos?

Não é contradição a Igreja fazer política e não aderir a um partido e ter candidatos próprios?

São os leigos que devem participar na política e promover os bons candidatos, porque eles também são Igreja. É missão deles envolver-se no campo político: “o campo próprio de sua atividade evangelizadora é o mundo vasto e complexo da política” (Exortação Apostólica *Evangelii Nuntandi*, nº 70, de Paulo VI).

E a Igreja não tem partido ou candidato, como o fiel há de saber como votar?

A resposta nós a encontramos nos leigos, que são Igreja. Mesmo sem participar diretamente de um partido, de ter um candidato, cada um saberá como votar.

Quando se vota bem? Quando se vota no candidato honesto, que tem dado provas de honestidade, de retidão na defesa da vida, da família, da educação, do trabalho e da saúde.

Quando se vota mal? Quando não se segue a consciência, votando-se, porque recebeu benefícios do candidato.

É justo vender o voto? É ir contra a Lei 9840 - Vende-se o voto, quando se recebe qualquer benefício de um candidato em troca do voto.

Pode votar em branco? Nunca se deve votar em branco porque pode favorecer quem não tem competência, honestidade, numa palavra bons princípios.

Em quem então votar? Nos candidatos que procuram o bem comum.

Em quem não se deve votar? Em candidatos que só procuram subir na vida, que nada fizeram ou vão fazer pelo povo.

Como votar bem? Em primeiro lugar votar em candidatos que procuram ter um grande respeito à vida, à educação, promovendo emprego e favorecendo a saúde.

A eleição está aí. Vote bem, livre, consciente e com responsabilidade.

Dom Pedro Fedalto,  
Arcebispo de Curitiba.

## Atas de Comissão:

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida a aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 164/2002 e 530/2002 e o deputado Sérgio Spada apresentou a redação final aos Projetos de Lei nºs

538/2001, 458/2002, 460/2002, 461/2002 e 464/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida a aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 630/2002 e o deputado Orlando Pessuti apresentou a redação final aos Projetos de Lei nºs 517/2001, 700/2001, 449/2002, 457/2002, 470/2002, 487/2002, 511/2002 e 548/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da

Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida a aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Sérgio Spada apresentou a redação final aos Projetos de Lei nºs 514/2002 e 456/2002 e o deputado Antonio Carlos Belinati ao Projeto de Lei nº 513/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária